



## PODER

Com pautas para aprovar, governo culpa Parlamento pela necessidade de um pacote de contenção de gastos. Haddad reclama de deputados e senadores terem avalizado Perse e desoneração da folha; Randolfe enfatiza que Planalto não aceitará desidratar medidas

# Em semana decisiva, críticas ao Congresso

» ISRAEL MEDEIROS  
» JÚLIA PORTELA

Ricardo Stuckert/PR



Haddad na visita a Lula em São Paulo: segundo o ministro da Fazenda, presidente pediu que medidas fiscais não sejam desidratadas

Na última semana de trabalhos deste ano no Legislativo e com diversas pautas importantes para aprovar, o governo Lula voltou a culpar o Congresso pela necessidade de avaliar um pacote de corte de gastos. Em dia repleto de reuniões no primeiro escalão do Executivo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), fizeram discursos ácidos quase idênticos, em um momento em que o Executivo corre contra o tempo para conseguir votos de parlamentares.

“Se não fosse o contratempo que tivemos com o Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) e a desoneração da folha, nós teríamos, neste primeiro ano de Orçamento do governo Lula, superavit primário. Nós só não teremos o superavit primário este ano em função dos R\$ 45 bilhões de renúncia fiscal que contrariou o governo”, afirmou Haddad, depois de se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ontem, para atualizá-lo sobre as tratativas com o Congresso.

Horas mais tarde, foi a vez de Randolfe. O senador disse que o assunto são águas passadas, mas, em tom severo, afirmou que, desta vez, o governo não aceitará discutir a desidratação das medidas no pacote de contenção de gastos. “Agora existe a necessidade de aprovarmos esse pacote de contenção de gastos para o Orçamento do ano que vem. Tudo é passível de discussão. Só não é passível de discussão a desidratação do que foi proposto”, afirmou a jornalista.

Para tentar “azeitar” a relação com o Congresso — que vai mal —, o Executivo se apressou para liberar as emendas parlamentares depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) desbloqueou os recursos. Pagou R\$ 7,8 bilhões na última semana. Mas não são só as emendas que travam as negociações. Há temas

### » Previdência dos militares

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), afirmou que o projeto de alterações na Previdência dos militares pode ser encaminhado ao Legislativo ainda nesta semana. “Creio que até amanhã (hoje) a expectativa é de que possamos ter também mais esse tema para apreciação.” De acordo com o senador, o pacote fiscal não se esgota nas três medidas em análise no Congresso. “Outras virão. Em relação aos militares, é uma dessas”, disse.

que são caros para o eleitor e para algumas bancadas no Congresso, como novas regras para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) — criticadas pelo próprio PT —, as mudanças no salário mínimo e a alteração na correção do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

“Ninguém quer retirar direito nenhum. Nós queremos, inclusive, colocar os programas sociais na medida correta para que eles sejam sustentáveis e nunca faltem para alguém. Queremos

garantir o BPC para todos aqueles que precisam. Queremos que seja garantida a recuperação do poder de compra do salário mínimo. Para isso, teremos que ajustá-lo ao arcabouço fiscal”, frisou Randolfe.

### Aprovação

A expectativa do senador é de que o governo consiga a aprovação, nesta semana, dos três textos enviados pelo governo como parte do corte de gastos. Haddad

foi na mesma linha. “Estamos convencidos de que as medidas vão ser apreciadas este ano. O presidente (da Câmara, Arthur Lira) já deixou claro que, se precisar convocar sessão de manhã, de tarde e de noite, até quinta-feira, a Câmara vai estar disponível”, frisou Haddad.

No entanto, a proposta de emenda à Constituição (PEC), que integra o pacote de gastos, deve ficar para 2025. O texto está parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara sem relator. Na Casa, vale lembrar, as comissões foram paralisadas por Lira, até o fim do ano, para focar os esforços dos deputados nos textos que estão no plenário.

O Congresso tem sessões marcadas para amanhã e quinta-feira destinadas a aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO

e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que tiveram a tramitação atrasada e ainda estão na Comissão Mista de Orçamento (CMO). O colegiado retoma a discussão dos relatórios hoje e deve avaliar o relatório final da LDO.

A demora para votar os instrumentos de planejamento e execução do Orçamento e a apreciação a toque de caixa no fim do ano já viraram rotina, mas este ano foram potencializadas pelo impasse nas emendas parlamentares. Questionado sobre esse assunto ontem, Haddad disse a jornalistas que essa realidade — em que o Congresso só vota a LDO e a LOA na última semana de trabalhos — é o “novo normal”. Há, ainda, a regulamentação da reforma tributária, que precisa ser ratificada pela Câmara (**leia reportagem na página 8**).

## Lula: reunião ministerial

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve fazer uma reunião ministerial de fim de ano, na sexta-feira. A expectativa inicial era de que o encontro fosse no dia 19, porém precisou ser adiado após o chefe do Executivo ter sido submetido a procedimentos para tratar uma hemorragia intracraniana, decorrente de acidente domiciliar sofrido em outubro.

“O presidente ainda pretende fazer, ainda esta semana, mais provavelmente no dia 20, um encontro com os ministros e ministras, um encontro de final de ano”, afirmou o ministro após ter se reunido com Lula em São Paulo, ontem.

Padilha foi à capital paulista acompanhado do ministro da Casa Civil, Rui Costa, para um encontro com Lula. Rui Costa, porém, não falou com a imprensa. O presidente deve permanecer na capital paulista para realizar exames.

O ministro disse, no entanto, que ainda não foi definido o formato do encontro ministerial. “Obviamente, vamos aguardar toda a evolução que está acontecendo com ele, até toda a determinação da equipe médica em relação a isso”, comentou.

De acordo com Padilha, na reunião de ontem, os ministros ainda discutiram com Lula o balanço das votações da reforma tributária e do projeto de lei que cria o mercado regulado de carbono no Brasil, sancionado no último dia 12.

Na fala, Padilha ainda relatou o estado de saúde do chefe do Executivo. “É uma alegria poder ver o presidente Lula absolutamente recuperado, como já foi dito pela equipe médica. Muito bem, disposto, conversando”, afirmou.

Lula ficará em sua casa, em Alto de Pinheiros, bairro nobre da zona oeste da capital paulista, até a quinta-feira.

## NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

## Contagem regressiva para o pacote fiscal

O Congresso tem até a sexta-feira para aprovar todas as matérias econômicas pendentes, indispensáveis para o controle da inflação e a redução da taxa de juros: a reforma tributária, o Orçamento da União de 2025 e o ajuste fiscal deste ano, do qual o governo depende para cumprir o arcabouço fiscal. Ontem, após visita ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez um apelo para que as propostas “não sejam desidratadas”.

Essas matérias estão com apreciação atrasada porque os congressistas, principalmente os deputados, represaram as votações para pressionar o governo a executar as emendas parlamentares que haviam sido suspensas pelo ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). As novas regras para garantir a rastreabilidade das emendas, ou seja, a transparência sobre sua autoria e destinação, como determina a Constituição, irritaram os parlamentares.

Coincidentemente, a Polícia Federal

vem realizando diversas prisões e operações de busca e apreensão contra gestores públicos e empresários envolvidos no desvio de recursos dessas emendas. Esses inquéritos estão sob sigilo de Justiça porque há mais de uma dezena de parlamentares envolvidos.

Juntando uma coisa com a outra, o que os deputados querem é uma espécie de “quem comeu, comeu; quem não comeu, não come mais”. Ou seja, querem evitar que as novas regras tenham efeito retroativo. O problema é que esse tipo de improbidade, que envolve recursos federais, já estava sob a lupa do Tribunal de Contas da União (TCU), um órgão do Legislativo, e da Controladoria-Geral da União (CGU), este sim, do Executivo, antes mesmo de as emendas serem sustentadas pelo Supremo.

Para destravar a pauta do Congresso, o governo pagou R\$ 7,1 bilhões em emendas parlamentares, na quinta e sexta-feira da semana passada. As negociações

ocorreram durante o período em que o presidente Lula esteve internado em São Paulo, por causa de uma cirurgia intracraniana; recebeu alta no domingo, mas continua sob observação em São Paulo.

Emendas individuais (indicadas por deputado e senador no Orçamento para seus redutos eleitorais) e emendas de bancada (que contemplam o conjunto de parlamentares de cada estado) foram contempladas. Como são impositivas, o governo é obrigado a liberar esses recursos conforme a indicação dos congressistas.

O governo também liberou mais R\$ 1,3 bilhão em verbas do Ministério da Saúde para hospitais e clínicas especializadas. Com esses repasses, o Executivo espera votar o pacote fiscal, com medidas que reduzem os aumentos reais do salário mínimo, mudam as regras de acesso ao Bolsa Família e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e acionam gatilhos do arcabouço fiscal para contenção de despesas.

## Mais transparência

A proposta de emenda à Constituição (PEC) mexe no abono salarial, no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e na regra que obriga o governo a executar o Orçamento aprovado pelo Congresso. A PEC subiu no telhado e deve ficar para 2025.

O governo precisa aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que autoriza a gastar cada centavo do caixa da União, e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que determina para onde vai o dinheiro. Hoje, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve apreciar a LDO.

O risco de não aprovação do Orçamento da União nesta semana decorre da farra das emendas Pix, que substituíram o chamado orçamento secreto. São R\$ 3,2 bilhões em transferências para estados e municípios de uso livre dos gestores locais, sem projetos específicos e de difícil fiscalização.

O Supremo exigiu que haja transparência a partir de agora, mas abriu uma exceção para os pagamentos de 2024. Na

prática, a sociedade não sabe exatamente o que vai ser feito com a verba. Ocorre que os prefeitos terão até 31 de dezembro para apresentar os projetos de execução dessas emendas, que serão examinados pelo governo até fevereiro.

R\$ 8 milhões em as emendas de comissão, herdeiras de orçamento secreto, ainda não foram pagos neste ano. Essas emendas são controladas pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e pelo senador Davi Alcolumbre (União-AP), no Senado. Como os autores das emendas são desconhecidos, a decisão de Dino condicionou esses pagamentos à identificação dos responsáveis.

A sessão conjunta do Congresso para analisar as propostas orçamentárias foi marcada para quinta-feira, pelo presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG); outra sessão pode ser realizada na sexta. Na Câmara, as prioridades são a aprovação da reforma tributária, que voltou para a Casa depois das modificações sofridas no Senado, e da proposta do ajuste fiscal. O governo prevê economizar R\$ 375 bilhões até 2030 e evitar descontrol das contas públicas.